

## MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 14/2019

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras,

Senhores Vereadores:

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, o Projeto de Lei Complementar que ***“Dispõe sobre a Revisão para 2020 do Plano Plurianual do Município de Rio Branco para o Quadriênio 2018-2021, alterando os Anexos I e II da Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017 e dá outras providências”***.

O Plano Plurianual do Município de Rio Branco, para o quadriênio 2018-2021, foi aprovado pela Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017, sendo uma ferramenta de Gestão que tem por objetivo nortear estrategicamente, a Administração Pública, estabelecendo de forma clara e transparente os seus programas e objetivos de acordo com os anseios da população, o levantamento de problemas a serem enfrentados e as metas a serem realizadas.

Constituindo-se, então, em um importante instrumento, para a definição de diretrizes e planejamento de médio prazo, onde se evidenciam os rumos que deve ter a cidade, bem como a visão e procedimentos a serem adotados para o desenvolvimento do Município, nas suas mais diversas áreas.

A Lei Complementar nº 29, de 11 de dezembro de 2017, prevê a revisão anual do Plano Plurianual 2018-2021, como forma do Município adequar seu planejamento à realidade econômica e macroeconômica.

A Revisão do Plano Plurianual (PPA) é uma das etapas do ciclo de gestão do planejamento, que visa fortalecer o processo de elaboração, execução,

acompanhamento e avaliação das políticas públicas. Não se trata da elaboração de um novo Plano Plurianual, mas sim, da atualização e aperfeiçoamento da programação já definida no PPA em execução.

O processo de Revisão do Plano Plurianual constitui prática sistêmica e contínua que objetiva o aperfeiçoamento dos Programas e das capacidades das unidades orçamentárias executoras do PPA 2018-2021. Não procura evidenciar falhas ou exaltar acertos, mas sim, incentivar e consolidar a cultura de avaliação dentro da Administração Pública Municipal.

O PPA de Rio Branco manterá sua estrutura que está diretamente associada ao Plano de Governo, e engloba cinco eixos temáticos: I) Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Sustentabilidade; II) Cidadania e Desenvolvimento Social; III) Rio Branco Plena de Direitos; IV) Rio Branco Empreendedora; V) Gestão Transparente e Participativa. Estes eixos estão divididos em 22 programas, de caráter finalístico e de apoio

O PPA está vinculado à missão da PMRB: *“servir à população de Rio Branco com qualidade e resolutividade, promovendo à inclusão social e ampliando os serviços públicos, atendendo às necessidades do presente, olhando para o futuro.”*

## **1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA 2018-2021**

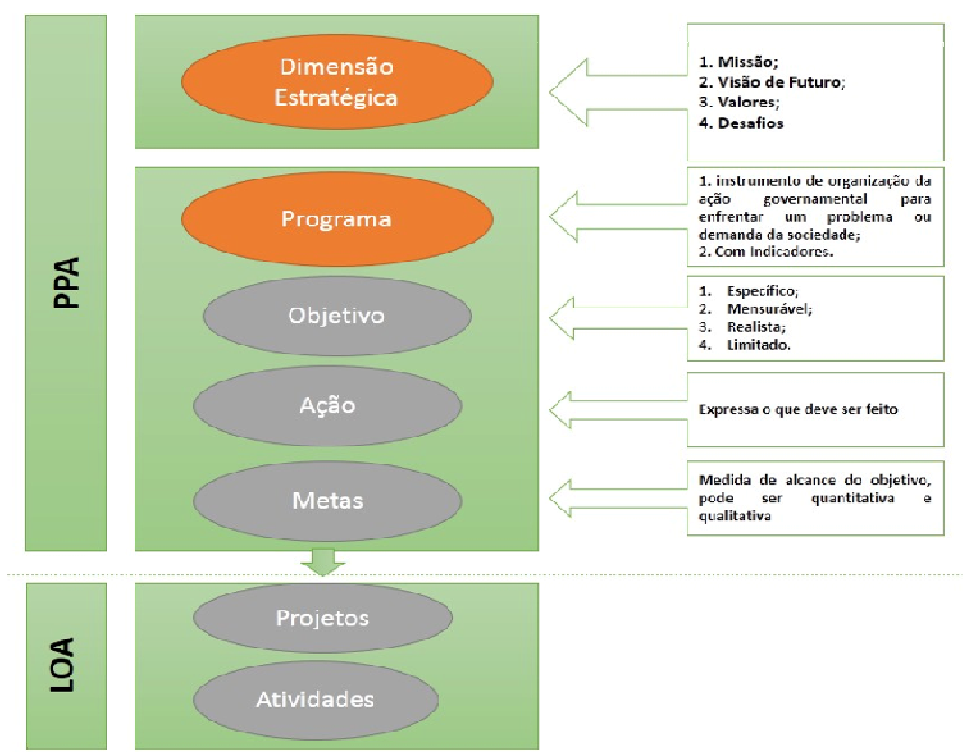
Mesmo com a revisão aqui proposta, as bases estratégicas do PPA estão mantidas. A orientação de gestão constitui um dos elementos fundamentais para a construção e execução do Plano Plurianual. Ele é formado por uma base estratégica que tem como finalidade a formulação e a seleção do conjunto de programas que integrarão o PPA, bem como estimular a busca de parcerias e de fontes alternativas de recursos. Neste sentido, seus alicerces estratégicos são:

a) *Orientação estratégica do Governo Municipal* – inclui a missão, visão de futuro, valores e desafios que compõem o PPA no quadriênio 2018 – 2021;

b) *Plano de Governo* - representa as prioridades de Governo, em função de compromissos assumidos em campanha;

c) *Previsão dos recursos que financiarão o Plano* – elaborada com base em projeções de receitas, e tem por finalidade favorecer a seletividade na alocação dos recursos para o período, bem como orientar tempestivamente a formulação dos programas, no que diz respeito à busca por recursos alternativos e parcerias, exercendo a priorização deles.

**Figura 01.** Base Estratégica do PPA 2018-2021



Fonte: Prefeitura de Rio Branco-SEPLAN/2019.

A revisão 2020 do Plano Plurianual de Rio Branco (2018 – 2021) se apoiou também em outros instrumentos estratégicos de gestão, tais como: Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei Orçamentária Anual (LOA), Plano Diretor Participativo de Rio Branco, Zoneamento Econômico; Ambiental Social e Cultural do Município de Rio Branco (ZEAS); dentre outros instrumentos.

**Figura 02.** Mapa Estratégico – Prefeitura de Rio Branco



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
GABINETE DA PREFEITA

### MISSÃO

Servir a população de Rio Branco com qualidade e resolutividade, responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão social e ampliação dos serviços, respeitando a diversidade de gênero, atendendo às necessidades do presente, olhando para o futuro.

### VISÃO

Manter o reconhecimento pela população de Rio Branco como uma gestão inovadora e de excelência nos serviços públicos.

### PRINCÍPIOS

Respeito ao Cidadão, Participação Popular, Sustentabilidade Ambiental, Transversalidade, Ética, Transferência, Responsabilidade Fiscal, Solidariedade, Diversidade, Justiça Social e Equidade

## PLANO DE GOVERNO

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Promover urbanização, mobilidade, acessibilidade e melhoria nos espaços públicos, fortalecendo a gestão ambiental e urbana, visando a melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Rio Branco.

Fortalecer a rede de serviços de proteção sociocultural, ampliando oportunidades, visando uma cultura de paz, por meio de políticas inovadoras e autonomia dos cidadãos.

Promover direitos e oportunidades, considerando a diversidade de gênero, ética e geracional.

Ampliar as oportunidades de produção e comercialização de produtos, incentivando e fomentando a qualificação profissional e o empreendedorismo, considerando a diversidade social, ambiental e econômica.

Modernizar a gestão pública com vistas à efetividade dos serviços com transparência, participação, responsabilidade fiscal e social.

### EIXOS ESTRATÉGICOS



### PROGRAMAS



## MAPA ESTRATÉGICO DE RIO BRANCO 2017 - 2020

Fonte: Prefeitura de Rio Branco/SEPLAN – Departamento de Planejamento Estratégico, 2019.

## 1.1. Cenário macroeconômico e fiscal

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA confirmam que mais além do frustrante desempenho do PIB no primeiro trimestre, quando caiu 0,2% ante o último trimestre de 2018, os indicadores da atividade econômica brasileira vêm revelando acentuada perda de dinamismo, conforme pode-se perceber na análise da tabela abaixo:

**Tabela 01. Taxa de Crescimento do PIB e de seus componentes**  
(Em %)

	Observado				Previsto			
	2017	2018	2018-T4 Trím. ano ant.	2019-T1 Trím. ano ant.	2019-T2		2019	2020
					Trím. ano ant.	No trim., dessaz. <sup>1</sup>		
<b>PIB</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>0,5</b>	<b>1,0</b>	<b>0,5</b>	<b>0,8</b>	<b>2,5</b>
Indústria	-0,5	0,6	-0,5	-1,1	0,2	0,6	-0,1	2,5
Serviços	0,5	1,3	1,1	1,2	1,4	0,4	1,2	2,7
Agropecuária	12,5	0,1	2,4	-0,1	-1,7	-1,0	0,5	0,2
Consumo das Famílias	1,4	1,9	1,5	1,3	1,7	0,4	1,5	2,9
Consumo do Governo	-0,9	0,0	-0,7	0,1	0,1	-0,4	0,0	0,1
FBCF	-2,5	4,1	3,0	0,9	2,4	0,9	1,6	7,7
Exportações de bens e serviços	5,2	4,1	12,0	1,0	10,3	2,1	3,5	3,9
Importações de bens e serviços	5,0	8,5	6,0	-2,5	6,3	3,2	5,7	9,1

Fonte: IBGE e Ipea  
Elaboração: Grupo de Consultoria de Dados/Ipea

Isso reflete o caminho longo que a economia brasileira precisa trilhar para sair da chamada recessão técnica em que se encontra.

Ainda segundo dados do IPEA<sup>1</sup>, o baixo dinamismo da atividade econômica tem se refletido em um mercado de trabalho com dificuldades para reagir. A taxa de desemprego voltou a cair a partir do trimestre móvel encerrado em fevereiro, em termos dessazonalizados, depois de leve alta nos meses finais de 2018 e início de 2019, mas se mantém ainda em patamar elevado, de 12%. Na comparação anual, a taxa sem ajuste declinou 0,4 pontos percentuais (p.p.), retomando o ritmo de queda que havia prevalecido até novembro do ano passado.

Um aspecto negativo do quadro atual de desemprego é o aumento da participação dos desempregados há mais de dois anos no total de desempregados, cuja participação passou de 17,4% no primeiro trimestre de 2015 para 24,8% em igual período de 2019.

Por óbvio que o impacto dessa “recessão técnica” na gestão dos municípios brasileiros é enorme.

Essa crise financeira, que afeta gravemente a arrecadação e reduz a receita, por vezes é agravada por falhas existentes na gestão e na fiscalização das execuções contratuais, que oneram excessivamente o gasto público, aumentam a despesa e destroem os orçamentos públicos.

Outro ponto que agrava a situação fiscal dos municípios é a distribuição das receitas tributárias. O Anuário MultiCidades 2019 da Frente Nacional do Prefeitos, que analisa dados de 2017, confirma que os municípios brasileiros ficaram com 20% da receita disponível do setor público, participação ligeiramente inferior à do ano anterior, que foi de 20,2%.

---

<sup>1</sup> Ver [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190627\\_cc\\_43\\_visao\\_geral.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190627_cc_43_visao_geral.pdf)

Os estados e a União detiveram 25,1% e 54,9% respectivamente, indicadores muito próximos aos de 2016, sendo que os estados também registraram pequeno recuo e a União um ligeiro aumento. Apesar da pequena intensidade do recuo, de apenas 0,2 pontos percentuais, a queda da participação dos municípios em 2017 rompeu uma sequência de quatro anos seguidos de aumento.

Muito embora os municípios obtenham um menor percentual das receitas disponíveis para contraprestação de serviços públicos, sem dúvida, têm concentrado a maior parte de atribuições junto aos cidadãos, o que representa enorme pressão popular e dificuldades de gestão para os governos municipais.

Isso exige dos municípios que seu planejamento seja revisitado, garantindo os ajustes necessários para condução do governo municipal, da melhor forma possível.

## **1.2 Breve Panorama da situação fiscal de Rio Branco**

De pronto, posto esse cenário macroeconômico de lenta recuperação, percebe-se a importância de revisarmos o planejamento do governo municipal.

Os últimos ajustes realizados na estrutura administrativa do Município de Rio Branco, quais sejam, uma reestruturação que teve por foco o fortalecimento das áreas finalísticas da gestão, como infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento social e humano, acompanhada de uma racionalização dos gastos permitiu que Rio Branco alcançasse excelentes indicadores fiscais e financeiros.



ESTADO DO ACRE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO  
GABINETE DA PREFEITA

**Tabela 02.** Notas e Indicadores da CAPAG atual - Capitais

Município	CAPAG - 2017	CAPAG - 2018	CAPAG 2019	
Aracaju - SE	C	B	B	
Belém - PA	B	B	C	↓
Belo Horizonte - MG	B	B	B	
Boa Vista - RR*	A	n.d.	A	↑
Campo Grande - MS	C	C	C	
Cuiabá - MT	B	B	C	↓
Curitiba - PR	C	B	B	
Florianópolis - SC	C	C	C	
Fortaleza - CE	A	B	B	
Goiânia - GO	C	C	B	↑
João Pessoa - PB	B	B	B	
Macapá - AP*	n.d.	n.d.	C	
Maceió - AL*	C	C	C	
Manaus - AM	A	B	A	
Natal - RN	C	C	C	
Palmas - TO	C	A	A	
Porto Alegre - RS	C	C	C	
Porto Velho - RO	B	B	B	
Recife - PE	C	C	C	
Rio Branco - AC	A	A	A	
Rio de Janeiro - RJ	C	C	C	
Salvador - BA	B	B	B	
São Luís - MA	C	C	C	
São Paulo - SP	B	B	B	
Teresina - PI	B	B	B	
Vitória - ES	A	A	B	

Fonte: Tesouro Nacional, 2019.

Conforme dados divulgados no Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão do Ministério da Economia, Rio Branco figura entre as 04 capitais com melhor gestão fiscal e financeira do país, estando à frente de grandes cidades como São Paulo - SP, Belo Horizonte - MG, Porto Alegre – RS, Curitiba-PR, dentre outras.

A análise da capacidade de pagamento – Capag apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União, representando uma ampla análise financeiro do ente, avaliando diversos aspectos orçamentários e financeiros.

O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente a situação fiscal do município. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice



de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da Capag foram definidos na Portaria STN nº 882/2018.

Rio Branco possui triplo “A”, ou seja, possui nota máxima nos três indicadores analisados pelo Tesouro Nacional: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Esse rating de crédito “triple A”, segue o mesmo raciocínio que as agências de rating utilizam para classificar o crédito das instituições partindo de boas pagadoras (rating AAA) até grau especulativo.

O compromisso da atual gestão é garantir a continuidade dos investimentos, sem comprometer a boa gestão fiscal e financeira da Prefeitura de Rio Branco, alcançada com bastante esforço nos últimos anos. Em 2018 isso se consolidou com a adoção de diversas medidas de natureza gerencial e jurídico-administrativas para mitigar ou superar a crise fiscal, de modo que foram evitados a majoração de tributos e cortes expressivos em políticas públicas do Município.

Um dos aspectos principais dessa gestão fiscal responsável, refere-se aos limites legais de Despesa Total com Pessoal – DTP, em relação à Receita Corrente Líquida – RCL.

**Tabela 02-** *Projeção da Receita Corrente Líquida - RCL e Despesa Total com Pessoal - DTP*

DTP (R\$)/ANO	2016	2017	2018	2019
	322.872.403,16	330.555.467,40	360.098.807,10	369.293.133,17
RCL(R\$)/ANO	2016	2017	2018	2019
	727.248.237,15	709.264.779,41	819.831.945,41	803.918.912,18
% SOBRE A RCL	44,40	46,61	43,92	45,94

Fonte: SEFIN/SEPLAN, elaboração Assessoria Especial, 2019.

A despesa total com pessoal do Município de Rio Branco, segundo dados do RGF do 1º quadrimestre de 2019, foi de R\$ 369.293.133,17, o que representa 45,94% sobre a Receita Corrente Líquida do Município, que foi de R\$ 819.831.945,41, abaixo do limite prudencial (51,3%) definido no § único, art. 22 da LRF, bem como do limite máximo (54%), definido nos incisos I, II e III, art. 20 da LRF.



Outros dois indicadores fiscais de elevada importância são o Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE e o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, que constam nos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária – RREO, publicados bimestralmente pelo Poder Executivo Municipal.

**Tabela 03.** *Gastos com Educação no período de 2014 a 2018*

Valor Aplicado (R\$) /Ano	2014	2015	2016	2017	2018
	123.046.116,52	126.675.898,64	145.962.447,72	138.785.131,79	176.287.474,46
Percentual Aplicado/Limite Constitucional	<b>26,51%</b>	<b>25,80%</b>	<b>26,67%</b>	<b>25,46%</b>	<b>27,15%</b>
	25%	25%	25%	25%	25%

Fonte: SEFIN/SEPLAN, elaboração Assessoria Especial, 2019.

A tabela 03 demonstra que o município de Rio Branco tem mantido os gastos com Educação sempre acima do limite definido constitucionalmente, o que transparece o compromisso do Governo Municipal com a oferta de uma educação infantil de qualidade aos munícipes. O reflexo dessa prioridade de governo aparece nos excelentes indicadores educacionais do município, que coloca Rio Branco entre as 5 melhores notas do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, entre as capitais do país.

**Tabela 04.** *Gastos com Saúde no período de 2014 a 2018*

Valor Aplicado (R\$) /Ano	2014	2015	2016	2017	2018
	71.911.615,38	75.571.343,28	82.731.937,49	82.193.594,44	98.292.090,66
Percentual Aplicado/Limite Constitucional	<b>15,84%</b>	<b>15,83%</b>	<b>15,71%</b>	<b>15,70%</b>	<b>15,76%</b>
	15%	15%	15%	15%	15%

Fonte: SEFIN/SEPLAN

No que se refere às Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, conforme se depreende da tabela 04, a Prefeitura de Rio Branco tem efetivado gastos com Saúde superiores aos limites constitucionais estabelecidos, provendo infraestrutura física, expansão e melhoria dos serviços públicos de saúde e qualidade no atendimento.

Esses são alguns aspectos do cenário macroeconômico e dos indicadores fiscais de Rio Branco que balizaram a proposta de Revisão 2020 do PPA.

O que tem permitido essa boa condução política e técnica da Prefeitura, mantendo a saúde financeira e honrando, na medida de suas forças, com os compromissos constitucionais que são postos, é o alinhamento dos instrumentos de planejamento da gestão municipal.

Resultado de um longo esforço técnico e político, que demandou mudanças na estrutura administrativa da Prefeitura de Rio Branco, existe hoje um alinhamento entre o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Essas peças de planejamento não são mera ficção, refletem a organização financeira e operacional do Poder Executivo, estabelecendo onde, quando e como serão alocados os recursos públicos do município, que evidentemente são poucos, de modo a atender o número maior de cidadãos, focando nos maiores problemas existentes na nossa comunidade.

Esse alinhamento, conquistado com bastante esforço, se reflete numa economia de recursos e de tempo, bem como na racionalização dos processos necessários para realização das atividades finalísticas da Prefeitura de Rio Branco.

A seguir, detalharemos os principais aspectos da Revisão 2020 do Plano Plurianual 2018-2021 do Município de Rio Branco.

### **1.2.1. Nova Projeção de Receitas para o PPA 2018 – 2021**

A seguir, apresentamos os números de projeção referentes ao período de 2018 – 2021, ajustados, com os respectivos detalhamentos:

**Tabela 05- Resumo das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, por Categoria Econômica**

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Exercício			
	Realizado 2018	Estimado		
		2019	2020	2021
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>936.401.275</b>	<b>875.288.509</b>	<b>947.113.382</b>	<b>982.630.134</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	152.128.753	137.665.894	151.960.642	157.659.166
Impostos	148.063.935	133.574.571	147.832.914	153.376.648
Taxas	4.064.817	4.091.323	4.127.728	4.282.518
Receita de Contribuições	37.126.324	33.084.984	35.908.814	37.255.395
Receita Patrimonial	38.536.201	44.600.308	37.594.157	39.003.938
Receita Industrial	27.819.881	29.395.000	2.298.132	2.384.312
Receita de Serviços	9.893.224	7.424.424	8.858.758	9.190.961
Transferência Correntes	667.501.799	620.302.022	707.076.453	733.591.820
Transferências da união	387.745.451	356.587.180	383.484.182	397.864.839
Transferências dos estados	186.185.442	176.217.908	217.083.590	225.224.225
FUNDEB	93.570.905	87.496.934	106.508.681	110.502.757
Outras Receitas correntes	3.395.094	2.815.877	3.416.426	3.544.542
<b>DEDUÇÃO P/ FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>	<b>(95.167.184)</b>	<b>(88.902.489)</b>	<b>(105.633.951)</b>	<b>(109.595.224)</b>
<b>RECEITA INTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>38.338.302</b>	<b>34.913.000</b>	<b>100.223.810</b>	<b>103.982.203</b>
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>70.264.916</b>	<b>7.752.311</b>	<b>88.449.040</b>	<b>91.765.879</b>
Operações de créditos	41.992.026	1.600.415	47.649.317	49.436.166
Alienação de bens	-	-	-	-
Transferências de capital	28.272.889	6.151.896	40.799.723	42.329.713
Transferências de convênios	28.272.889	6.151.896	40.799.723	42.329.713
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>949.837.309</b>	<b>829.051.331</b>	<b>1.030.152.281</b>	<b>1.068.782.992</b>

**Fonte:** Prefeitura de Rio Branco/Secretaria de Planejamento – Departamento do Orçamento Municipal, 2019.

A **Receita Total** prevista para o PPA 2018-2021, reajustada, é de **R\$ 3.877.823.912,00** (três bilhões, oitocentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e vinte três mil e novecentos e doze reais), com idêntica Despesa Total prevista, em respeito ao *princípio do equilíbrio orçamentário*, extraído do que dispõe o artigo 167, inciso III, da Carta Política de 1988 e o artigo 4º, inciso I, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal e também ao *princípio da unidade ou da totalidade* do Orçamento, que está previsto no artigo 2º da Lei nº 4.320/1964 e no artigo 165, § 5º, da Constituição da República.

A projeção das receitas orçamentárias é fundamental na determinação das despesas, pois é a base para a fixação destas na Lei Orçamentária Anual, na execução do orçamento e para a determinação das necessidades de financiamento do Governo. Além disso, é primordial sua análise na concessão de créditos suplementares e especiais por excesso de arrecadação<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Ver Manual de Demonstrativos Fiscais - 9ª Edição - Versão 3 (18/12/2018), disponível em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mdf>.

O município de Rio Branco adotou a mesma metodologia de projeção das receitas orçamentárias usada em âmbito federal pelo Tesouro Nacional, que está baseada na série histórica de arrecadação das receitas ao longo dos anos ou meses anteriores (base de cálculo), corrigida por parâmetros de preço (efeito preço), de quantidade (efeito quantidade) e de alguma mudança de aplicação de alíquota em sua base de cálculo (efeito legislação).

Esta metodologia busca traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação de uma determinada receita ao longo dos meses e anos anteriores e refleti-la para os meses ou anos seguintes, utilizando-se de modelos matemáticos.

Em relação à Despesa por programa, esta é idêntica à Receita prevista, em respeito ao *princípio do equilíbrio orçamentário*, estando estruturada conforme a Tabela abaixo:

**Tabela 06- Demonstrativo da Despesa por Eixo e Programas do PPA 2018-2021 na Revisão 2020**

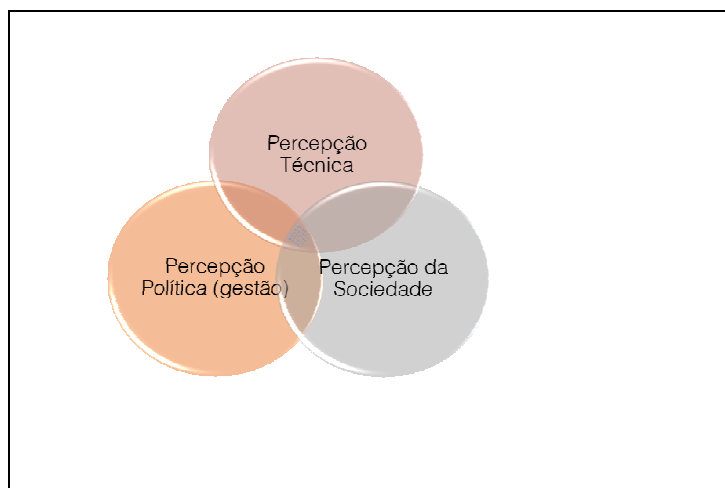
Eixo / Programa	Capital	Custeio	Total	%
<b>01 - Infraestrutura, Mobilidade Urbana e Sustentabilidade</b>	<b>201.548.439,00</b>	<b>372.658.906,00</b>	<b>574.207.345,00</b>	<b>14,81%</b>
0101 - Mobilidade Urbana	26.711.698,00	23.330.341,00	50.042.039,00	1,29%
0102 - Gestão Urbana e Regularização Fundiária	3.020.236,00	165.003,00	3.185.239,00	0,08%
0103 - Prevenção e Controle de Enchentes	73.484,00	113.513,00	186.997,00	0,00%
0104 - Conservação e Limpeza Urbana	64.651.998,00	184.949.586,00	249.601.584,00	6,44%
0105 - Saneamento, Gestão e Controle Ambiental	8.041.019,00	16.118.461,00	24.159.480,00	0,62%
0106 - Urbanização de Bairros e Obras Públicas	99.050.004,00	147.982.002,00	247.032.006,00	6,37%
				0,00%
<b>02 - Cidadania e Desenvolvimento Social</b>	<b>35.500.068,00</b>	<b>1.051.159.732,00</b>	<b>1.086.659.800,00</b>	<b>28,02%</b>
0201 - Crianças na Escola	16.738.542,00	444.292.922,00	461.031.464,00	11,89%
0202 - Esporte e Lazer	-	14.110.713,00	14.110.713,00	0,36%
0203 - Mais Saúde	12.437.225,00	531.184.320,00	543.621.545,00	14,02%
0204 - Cultura e Arte	1.010.076,00	9.468.543,00	10.478.619,00	0,27%
0205 - Inclusão Social	5.314.225,00	52.103.234,00	57.417.459,00	1,48%
				0,00%
<b>03 - Rio Branco Plena de Direitos</b>	<b>773.399,00</b>	<b>5.940.537,00</b>	<b>6.713.936,00</b>	<b>0,17%</b>
0304 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	773.399,00	5.940.537,00	6.713.936,00	0,17%
<b>04 - Rio Branco Empreendedora</b>	<b>4.485.435,00</b>	<b>13.126.122,00</b>	<b>17.611.557,00</b>	<b>0,45%</b>
0401 - Produção com Desenvolvimento Econômico Urbanos e Rural	4.261.281,00	10.633.316,00	14.894.597,00	0,38%
0402 - Economia Solidária, Trabalho e Renda	220.562,00	2.050.006,00	2.270.568,00	0,06%
0403 - Empreendedorismo, Econômico Criativo e Turismo Sustentável	3.592,00	442.800,00	446.392,00	0,01%
<b>05 - Gestão Transparente e Participativa</b>	<b>15.257.934,00</b>	<b>11.548.158,00</b>	<b>26.806.092,00</b>	<b>0,69%</b>
0501 - Transparência e Controle	54.044,00	182.716,00	236.760,00	0,01%
0502 - Gestão Pública	3.257.404,00	5.544.471,00	8.801.875,00	0,23%
0503 - Políticas para o Servidor	11.946.486,00	367.000,00	12.313.486,00	0,32%
0504 - Diálogo e Participação Social	-	5.453.971,00	5.453.971,00	0,14%
<b>06 - Coordenação e Manutenção Administrativa</b>	<b>22.845.084,00</b>	<b>2.142.980.102,00</b>	<b>2.165.825.186,00</b>	<b>55,85%</b>
0601 - Administração Governamental	22.845.084,00	2.142.980.102,00	2.165.825.186,00	55,85%
<b>Total Geral</b>	<b>280.410.359,00</b>	<b>3.597.413.557,00</b>	<b>3.877.823.916,00</b>	

## 2. A GESTÃO MUNICIPAL

### 2.1 O PPA e os Diversos Olhares

Tanto a elaboração, quanto a revisão do PPA da PMRB não foram realizadas apenas com uma visão técnica ou orientações de políticas de gestão. Ao contrário, contou com ampla participação popular, através da realização de audiências públicas por eixos temáticos com todas as regionais de Rio Branco (urbanas e rurais).

**Figura 03.** Visão tridimensional de construção do PPA/PMRB



Fonte: Prefeitura de Rio Branco – SEPLAN/2019.

### 2.2 Eixos e Programas Estratégicos da Gestão Municipal

No processo de revisão do PPA, foram mantidos os eixos que os compõem e os seus respectivos programas. Estes foram discutidos com técnicos e a sociedade e estão em consonância com o Plano de Governo e vinculam-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Desta forma, este instrumento é composto por cinco eixos:

- *Eixo I - Infraestrutura, mobilidade urbana e sustentabilidades:* com intervenções em transporte público, vias urbanas, trânsito, acessibilidade, urbanização de bairros, obras públicas, gestão urbana, regularização fundiária, prevenção e controle de enchentes, meio ambiente, conservação e limpeza urbana.

- *Eixo II - Cidadania e Desenvolvimento Social*: com foco em educação infantil e fundamental, saúde, cultura, arte e patrimônio, assistência social, esporte e lazer.

- *Eixo III - Rio Branco Plena de Direitos*: subdividida em campos de atuação em direitos humanos e diversidade, igualdade racial e combate ao racismo, políticas afirmativas para a juventude e mulheres.

- *Eixo IV - Rio Branco Empreendedora*: envolve produção urbana e rural, economia solidária e incentivo ao empreendedorismo.

- *Eixo V - Gestão Transparente e Participativa*: contempla ações nas áreas de diálogo e participação social, transparência e controle, gestão pública e políticas para o servidor.

Desse modo, as instituições que estão diretamente vinculadas a um eixo têm também programas que podem ser transversais a outros.

### **2.3 O processo técnico de Revisão do PPA 2018-2021**

O processo de revisão divide-se em dois momentos: (a) inicialmente, fase de revisão dos programas que compreende as alterações dos atributos do programa do PPA, principalmente a identificação dos indicadores de resultado e as suas metas; e (b) em seguida, na segunda fase, revisão das ações, principalmente no que tange aos produtos das ações e às metas físicas e financeiras para os exercícios de 2018 a 2021 e os demais atributos das ações.

Os principais objetivos do processo de revisão do PPA são:

a) possibilitar a atualização do Plano diante das mudanças ocorridas no processo de execução e identificadas no acompanhamento físico e financeiro e de sua avaliação;

b) permitir a melhoria contínua do processo de elaboração, implementação e avaliação dos programas e ações.

c) contribuir para a transparência e adequação dos objetivos de governo às demandas da sociedade;

d) realizar as alterações de caráter técnico, constatadas como necessárias na primeira versão do Plano.

O processo de Revisão do Plano Plurianual de Rio Branco, que se encontra diretamente relacionado à elaboração da Lei Orçamentária para 2020 e bem como aos ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, ocorreu conforme as fases abaixo discriminadas:

a) REVISÃO DOS PROGRAMAS - A partir da análise dos Relatórios Anuais de Avaliação de prestação de contas, exercício 2018, as Secretarias, em conjunto com seus respectivos Órgãos/Entidades vinculados, sob coordenação do Gabinete da Prefeita – GABPRE e da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, identificaram as necessidades de ajustes no nível estratégico no que tange à inclusão, exclusão ou alteração dos Programas sob suas responsabilidades, com ênfase na análise e inclusão de indicadores de resultado nos Programas.

b) REVISÃO DAS METAS E AÇÕES – A partir da análise do processo de monitoramento e avaliação das ações e metas físicas (Acompanhamento Físico e Financeiro), as Secretarias, em conjunto com seus respectivos Órgãos/Entidades vinculados, do Gabinete da Prefeita – GABPRE e da Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, identificaram a necessidade de ajuste nas ações de inclusão, exclusão ou alteração dos atributos das ações e metas físicas sob suas responsabilidades.

Desse processo, resultou a revisão de diversos indicadores, ações e metas físicas do PPA 2018-2021, que estão propostos no presente Projeto de Lei Complementar.



Nobres Vereadores e Vereadoras a Revisão do Plano Plurianual (PPA) é uma das etapas mais importantes do ciclo de gestão do planejamento e como frisamos, não se trata da elaboração de um novo Plano Plurianual, mas sim, da atualização e aperfeiçoamento da programação já definida no PPA em execução. O processo de Revisão do Plano Plurianual constitui prática sistêmica e contínua que objetiva ao aperfeiçoamento dos Programas e das capacidades das unidades orçamentárias executoras do PPA 2018-2021.

Para atingirmos os objetivos, já evidenciados no PPA, estão sendo aportados recursos da ordem de **R\$ 3,8 bilhões** ao longo desses quatro anos, incluindo todas as áreas da Administração Municipal, conforme estimativa da receita para os anos de 2018-2021. Estes índices foram calculados com base nos indicadores econômicos nacionais, tendo como parâmetro a realidade econômica do país, orientada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e do Produto Interno Bruto – PIB nacional.

Nosso planejamento a curto, médio e longo prazo considera o cenário de incerteza econômica e política, conforme detalhamos na presente mensagem, o que requer além do esforço de fazermos mais, com menos recursos, extrema cautela com os gastos correntes, garantindo as obras e serviços necessários à comunidade rio-branquense.

Assim, encaminhamos aos nobres Vereadores e Vereadoras o Projeto de Lei Complementar de Revisão para 2020 do Plano Plurianual 2018-2021, para análise e apreciação, com vistas a referendar os desafios, programas, metas e investimentos da gestão municipal.

Atenciosamente,

Rio Branco – AC, 30 de agosto de 2019.

**Socorro Neri**  
Prefeita de Rio Branco